

Subvenção, só com novo cadastro

O Governo vai recadastrar todas as entidades hoje habilitadas a receber subvenções sociais. A medida foi decidida ontem e já é um primeiro reflexo das descobertas da CPI do Orçamento. As entidades são registradas no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), vinculado ao Ministério do Bem-Estar Social.

A proposta foi feita ontem ao presidente Itamar Franco pelo líder do Governo, deputado Roberto Freire, em reunião no Palácio do Planalto. Todas as entidades serão convocadas a se cadastrarem, a exemplo do que o INSS fez com todas as aposentadorias. A operação terá, no entanto, o cuidado de não apagar da memória do Governo as entidades que hoje recebem verbas, muitas delas sob investigação da CPI do Orçamento.

Por causa disso, Freire propõe uma revisão nos critérios de cadastramento. "Empresas privadas do comércio do ensino não devem receber verbas", disse, ressalvando os casos de interesse do Ministério da Educação, relativos a bolsas de estudo.

A CPI já constatou que há diversas entidades fantasmagóricas. Além disso, há privilégios na distribuição de verbas para entidades vinculadas a parlamentares. Ontem, o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da CPI, revelou que apenas cinco entidades, ligadas aos deputados Fábio Raunheitti e Feres Nader, receberam cerca de um milhão e meio de dólares no segundo semestre de 1992, um volume de recursos superior ao que recebeu todo o Estado de Pernambuco. O relator propôs mesmo o fim das

subvenções sociais. "Venho de uma região pobre e ver dinheiro jogado fora me irrita", disparou Magalhães.

Estudo — O deputado Roberto Freire encaminhou ao Ministério da Fazenda um estudo profundo um corte radical nas subvenções sociais previstas no Orçamento de 1994. A proposta vem sendo defendida pelo líder do Governo desde o Orçamento passado, quando enviou carta com essa sugestão ao ex-relator, senador Mansueto de Lavor.

Segundo Freire, as obras típicas de estados e municípios não devem ser financiadas com recursos federais. "Só quando o município não tiver condições ou em caso de prioridade nacional", explica. Nos ministérios da Integração Regional e do Bem-Estar Social é que se concentram esses recursos, destinados às transferências voluntárias da União. O resultado é a pulverização das verbas orçamentárias. A idéia tem o aval do ministro Fernando Henrique Cardoso e pode ter como consequência prática a extinção das duas pastas, medida que já faz parte dos planos da Fazenda.

Revisão — O Governo resolveu também entrar no esforço para concretização da revisão constitucional e na próxima segunda-feira o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, reúne-se com o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, para tratar da apresentação, pelo Executivo, de uma proposta de emenda constitucional para a reforma fiscal.